

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte

*O Estado de São Paulo*

Class.:

156

Data

*24 de Outubro de 1978*

Pg.:

20

## Aumentam protestos contra emancipação

### Das sucursais e do serviço local

A regulamentação do Estatuto do Índio, no ponto referente à emancipação, que deverá ser assinada pelo presidente Giesel no fim deste mês, nos termos de um projeto desenvolvido pelo Ministério do Interior, continua sendo contestada por entidades que atuam no setor; ontem, a Associação Nacional de Apolo ao Índio e o Cimi, por intermédio de dom. Thomás Balduino, manifestaram seu apoio à manifestação programada pelos antropólogos para o dia 8 de novembro, no TUCA, em repúdio ao projeto.

O bispo de Goiás Velho, dom. Thomás Balduino, disse ontem, em São Paulo que "os índios, os principais interessados, não foram consultados sobre a questão da emancipação",

mas afirmou que "eles têm se manifestado contra, tanto individualmente como em assembléias". "Eles falaram solenemente sobre isso, na mensagem dos chefes dos kaingang, tereina, xavante, guarani, bororo, kayabi, pareci e apiaká, reunidos no dia 19 de abril de 1977, nas ruínas de São Miguel, para comemorar, em forma de assembléia, o Dia Nacional do Índio." A certa altura da mensagem indígena disseram: "Acaso estamos pedindo 'integração' e 'emancipação' na sociedade dos brancos? Não, queremos apenas reconhecimento e respeito à nossa integridade física e cultural".

"Lamentavelmente — disse dom. Balduino —, parece que o decreto vai ser mesmo executado. Acho doloroso que essa ansia legislante seja dirigida agora contra os índios. A minuta do decreto vai atingir profundamente a cultura do índio, porque, sob forma de 'emancipação' vai tirar do índio a garantia da posse de sua terra, que é feita e mantida pelo estatuto da tutela. A emancipação vai nivelá-lo à condição de brasileiro comum e ele perderá o direito legal de posseiro de suas próprias terras."

### COMO HITLER

A Associação Nacional de Apolo ao Índio divulgou ontem, em Porto Alegre, sua aprovação à iniciativa dos antropólogos da Comissão Pró-Índio da Associação Nacional de Cientistas Sociais que vão promover, dia 8, em São Paulo, um ato público de repúdio ao projeto de emancipação dos índios brasileiros. O presidente da ANAI, Assis Hoffmann, diz em nota oficial que, graças à "malfadada medida" o ministro do Interior, Rangel Reis, "pode estar certo de passar à História como o fez Hitler".

"Cientistas Sociais, missionários e entidades interessadas e envolvidas na causa do índio — acrescenta — já denunciaram exaustivamente o caráter genocida deste projeto, pelo qual o índio perderia a proteção

da legislação tutelar, teria diminuídas suas terras e destruída sua cultura. Entretanto, tais vozes não penetram nos ouvidos do Sr. Rangel Reis e tampouco têm encontrado receptividade junto a outros órgãos e pessoas responsáveis pela questão indígena brasileira".

A nota da ANAI assinala que "É em iniciativas como esta da Associação Nacional de Cientistas Sociais que repousam as derradeiras esperanças de evitar a promulgação deste projeto, por trás do qual, sabidamente, ocultam-se interesses econômicos e políticos francamente lesivos não só às comunidades indígenas brasileiras, mas ao povo brasileiro como um todo".

### ETNOCÍDIO

O diretor do Parque Nacional do Xingu, Olímpio Serra, afirmou, em Brasília, que o decreto referente à emancipação, deve ser visto como uma forma aberta de se legitimar o etnocídio. Ele argumenta que a proteção exercida pelo governo, por meio da tutela, é a única forma capaz de continuar garantindo a autonomia dos grupos tribais.

Para o etnólogo, a proteção garantida pela lei é vista "como uma espécie de aval que garante a sobrevivência dessas etnias". Ele critica a forma como a tutela é colocada na Constituição, pois equipara as sociedades indígenas aos indivíduos incapazes perante a lei, "no entanto — ressaltou — esta proteção, apesar de sua forma, é a única que ainda garante a autonomia econômica e religiosa das comunidades tribais".

Olimpio Serra sustenta que as sociedades indígenas devem sobreviver nos países onde existem como organizações autônomas, adotando um sistema alternativo respeitado pelo governo federal. "Este governo, ao contrário do que está ocorrendo no Brasil, teria como obrigação respeitar o processo aculturativo normal vivido por estas sociedades, não lhes impondo seus próprios valores, numa atitude etnocida".